

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

1 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
2 **DE CAMPOS DE JÚLIO/MT - CMECJ. Ata n.º 07/2026.** Aos cinco (5) dias do mês
3 de agosto (8) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às quatorze horas (14h00),
4 reuniram-se na Sala de Reuniões dos Conselhos, no Centro Cultural Ricieri Mazutti,
5 situado na Rua Mato Grosso do Sul, Centro, no município de Campos de Júlio,
6 Estado de Mato Grosso, os membros do Conselho Municipal de Educação de
7 Campos de Júlio/MT, em Reunião Ordinária. Em primeira convocação, constatou-
8 se a ausência do quórum regimental mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um
9 dos conselheiros. Dessa forma, conforme previsto no § 1º do art. 6º do Regimento
10 Interno do CMECJ, aguardaram-se 30 (trinta) minutos para a realização da segunda
11 convocação, quando a reunião teve início com os conselheiros presentes, tendo
12 como pauta: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em
13 01/07/2026; Calendário de reuniões; Informes. Estavam presentes à reunião:
14 Representante da Secretaria Municipal de Educação: Odila Nelci Krampe Donat.
15 Representante do Poder Executivo: Elisangela Platau. Representante dos Diretores
16 da Rede Municipal de Educação: Silvana Carnaúba dos Santos. Representante dos
17 Professores da Rede Municipal de Ensino: titular e suplente ausentes.
18 Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino: titular e suplente
19 ausentes. Representante dos Auxiliares de Educação Infantil da Rede Municipal de
20 Ensino: titular e suplente ausentes. Representante dos Conselhos Escolares
21 Municipais ou Equivalentes: Odirlei Pereira da Silva. Representante dos Conselhos
22 Escolares Estaduais ou equivalentes: titular e suplente ausentes. Representante do
23 Sindicato dos Profissionais da Educação: titular e suplente ausentes. Participou da
24 reunião, como apoio técnico, o Assessor Pedagógico, Paulo Victor da Rosa. Dando
25 início aos trabalhos, o Presidente, Sr. Odirlei Pereira da Silva, cumprimentou os
26 presentes e procedeu à leitura do ofício de convocação encaminhado aos membros
27 do Conselho para a reunião ordinária realizada em 05 de agosto de 2026, conforme
28 pauta previamente estabelecida. Na sequência, consultou os conselheiros acerca
29 da inclusão de novos assuntos na pauta. A membro Silvana mencionou a
30 necessidade de realizar alterações na Lei nº 512/2012, principalmente no que se
31 refere à área de gestão. Ressaltou que, para exercer a função de gestor, é
32 necessário ser professor, porém, durante o exercício da gestão, há situações em
33 que determinados direitos são afetados. Destacou que a legislação municipal acaba
34 impondo limitações e que isso pode desestimular os professores a assumirem a
35 função de gestor, considerando a perda dos quinze dias de férias referente ao mês
36 de julho, do terço de férias referente a este período e de outros direitos. Reforçou
37 a necessidade de se pensar em alterações na legislação. A membro Silvana
38 mencionou outra questão que ainda não foi solucionada, referente ao Secretário
39 Escolar. Informou que, em relação à nutrição escolar, houve melhorias, porém,
40 quanto ao Secretário Escolar, ainda não. Ressaltou a importância do secretário nas
41 unidades escolares, especialmente em relação à documentação, citando como

Odila
Odilei
Silvana

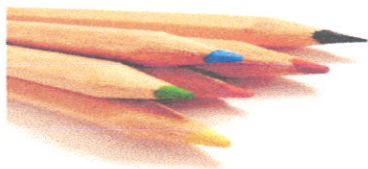


**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

42 exemplo a Escola 15 de Outubro, que neste ano passará novamente pelo processo
43 de nova autorização. Destacou que, além da necessidade de haver secretário
44 concursado, questão já solicitada anteriormente, é necessário uma melhor
45 valorização desses profissionais. Mencionou que, tanto na Rede Estadual quanto
46 em outros locais, o salário do secretário escolar é superior ao do administrativo,
47 enquanto, no município, está abaixo. Acrescentou que essa é uma das questões
48 que também precisam ser verificadas e manifestou dúvida quanto à forma como
49 será conduzida a situação, considerando que o processo seletivo abriu vagas para
50 secretário escolar, embora ainda existam concursados a serem chamados e duas
51 instituições que não possuem secretário escolar concursado. A pauta do dia, com
52 o acréscimo proposto, foi submetida à apreciação dos membros presentes, sendo
53 aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se à
54 leitura da Ata nº 06/2026, referente à Reunião Ordinária realizada em 01 de julho
55 de 2026, pela membro Odila. Após apreciação pelos presentes, foram realizados
56 os ajustes considerados necessários, sendo a ata aprovada por unanimidade. Na
57 sequência, foi realizada a impressão do documento e coletadas as assinaturas dos
58 membros presentes. Dando continuidade à reunião, a membro Odila realizou
59 algumas colocações referentes aos assuntos registrados na ata anterior. Em
60 relação à fala da membro Viviane sobre os bebês do Berçário I, esclareceu que, no
61 ano anterior, a turma de período integral contava com 13 crianças, ressaltando que
62 essa turma geralmente permanece com quantitativo semelhante. Informou que a
63 Secretaria Municipal de Educação procura controlar as liberações de vagas,
64 mantendo o número de crianças dentro do limite, porém, eventualmente, surgem
65 demandas encaminhadas pelo Conselho Tutelar que necessitam de atendimento.
66 Em relação à nova turma de Berçário I, cuja abertura estava prevista para o mês
67 de agosto, explicou que inicialmente a previsão era de uma turma parcial. Contudo,
68 considerando que a maior demanda continuava sendo por atendimento integral, a
69 Secretária Juliana decidiu pela abertura de mais uma turma integral. Dessa forma,
70 passaram a funcionar duas turmas de Berçário I em período integral, não havendo
71 turma parcial. As crianças cujas famílias solicitaram atendimento parcial também
72 permanecem na turma integral. Informou que, com a abertura da nova turma, houve
73 maior equilíbrio entre as turmas, que passaram a contar com aproximadamente 10
74 crianças cada, quantitativo que se procura manter. A membro Odila acrescentou
75 que havia novamente demanda aguardando liberação de vagas. Explicou que, após
76 o recesso, é realizado um levantamento para verificar possíveis desistências e a
77 existência de vagas disponíveis nas turmas que já estavam em funcionamento.
78 Informou que, no momento da reunião, havia cinco crianças aguardando, sendo
79 que no dia anterior eram quatro. Entre elas, havia uma criança com previsão para
80 o mês de novembro, uma para o mês de abril e, conforme havia verificado no dia
81 anterior, aproximadamente três para o mês de agosto. Dando continuidade, a
82 membro Odila informou que, em relação ao Berçário I, seriam esses os informes.

Odila

Odila
Diogo



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

83 Na sequência, comunicou que a próxima reunião será realizada no prédio da
84 Prefeitura, em sala disponibilizada para as reuniões dos conselhos. Ressaltou a
85 necessidade de reforçar essa informação no grupo, além de constar no ofício de
86 convocação, para que todos os membros estejam cientes da alteração do local.
87 Relatou, ainda, que, antes de passar ao próximo ponto da pauta, referente à
88 elaboração do calendário de reuniões, gostaria de informar que, nos dias 28, 29 e
89 30 da semana anterior, estiveram em Pontes e Lacerda, participando de uma
90 oficina sobre o Plano Municipal de Educação. Informou também que a participação
91 na oficina será divulgada no site, considerando a necessidade de dar publicidade
92 às ações realizadas. A membro Odila continuou explicando que a oficina contou
93 com representantes de todos os municípios pertencentes à DRE de Pontes e
94 Lacerda. Informou que, conforme as orientações repassadas, a primeira etapa
95 consiste na criação do Fórum e na nomeação da Comissão Gestora e da Equipe
96 Técnica. Esclareceu que a Comissão Gestora será constituída por alguns membros
97 do Fórum, considerando que não é recomendável formar uma comissão muito
98 numerosa. Já a Equipe Técnica será composta por servidores da Secretaria
99 Municipal de Educação responsáveis pelo levantamento dos dados. Informou que,
100 após essa etapa, o próximo passo será a elaboração do diagnóstico, trabalho que
101 deverá ser desenvolvido a partir dos dados levantados. Em seguida, passou-se à
102 elaboração do calendário de reuniões. A membro Odila informou que trouxe uma
103 proposta previamente estruturada, tomando como referência o calendário
104 elaborado no ano anterior. Esclareceu que o atual Conselho possui vigência até 1º
105 de setembro de 2027, correspondente ao período de dois anos. Considerando que
106 a reunião de agosto estava sendo realizada naquela data, passou-se à definição
107 das reuniões seguintes, mantendo-se o critério da primeira quarta-feira de cada
108 mês, às 14 horas. Dessa forma, ficaram definidas as seguintes datas: 02 de
109 setembro, 07 de outubro, 04 de novembro e 02 de dezembro de 2026; janeiro de
110 2027 como período de recesso; 03 de fevereiro, 03 de março, 07 de abril, 05 de
111 maio, 02 de junho, 07 de julho e 04 de agosto de 2027, todas às 14 horas.
112 Finalizada a elaboração do calendário, a membro Odila deu continuidade aos
113 esclarecimentos referentes aos assuntos mencionados na ata anterior. Em relação
114 à questão levantada sobre o horário de chegada dos estudantes às unidades
115 escolares, informou que levou a situação ao conhecimento da Secretária Juliana.
116 Explicou que os estudantes não chegam antecipadamente todos os dias e que a
117 orientação ao transporte escolar é para que cheguem por volta das 6h45 ou 6h50,
118 a fim de que tenham tempo para tomar o café da manhã na unidade escolar.
119 Entretanto, em alguns dias, durante o percurso pelas fazendas, quando algum
120 estudante não está no local para embarque, o trajeto acaba sendo realizado em
121 menor tempo, ocasionando a chegada antecipada à unidade escolar. Acrescentou
122 que, conforme esclarecido pela Secretária Juliana, é difícil estabelecer um controle
123 exato sobre o horário de chegada em razão dessas situações. Como já há

Odila
Juliana



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

124 profissionais na escola nesse horário para acolher os estudantes, a orientação aos
125 motoristas é que, ao chegarem à unidade escolar, realizem o desembarque das
126 crianças, ainda que isso ocorra um pouco antes ou depois do horário previsto. A
127 membro Odila continuou abordando a questão das denúncias relacionadas ao
128 transporte escolar, assunto discutido na reunião anterior. Informou que, conforme
129 orientação da Secretária Juliana, ao ser constatada qualquer situação de risco ou
130 irregularidade envolvendo os ônibus escolares, a ocorrência deverá ser
131 comunicada, informando-se o número de identificação do veículo. Explicou que
132 esse número permite identificar o motorista responsável pelo ônibus naquele
133 momento, uma vez que os veículos possuem sistema de rastreamento e
134 identificação do condutor. Acrescentou que, após a comunicação, a situação será
135 verificada e, dependendo da gravidade, o motorista será chamado e serão
136 adotadas as providências cabíveis. Em caso de reincidência, poderão ser aplicadas
137 as penalidades correspondentes à gravidade da situação, podendo chegar até à
138 rescisão e ao desligamento do motorista. Relatou, ainda, uma situação em que uma
139 denúncia foi publicada em um perfil da rede social Instagram, ocasião em que a
140 Secretária entrou em contato com o responsável pelo perfil e solicitou que fossem
141 encaminhadas informações que possibilitassem a identificação do motorista
142 envolvido, ressaltando a necessidade de identificar corretamente o responsável
143 para que possam ser tomadas as providências, considerando a responsabilidade
144 envolvida no transporte das crianças. Na sequência, a membro Silvana questionou
145 sobre o horário de saída dos estudantes, relatando que continuam saindo cerca de
146 dez minutos mais cedo, o que, segundo ela, acaba prejudicando o tempo de aula,
147 especialmente considerando a quinta aula. A membro Odila respondeu que a
148 Secretária Juliana havia informado que analisaria essa questão para o segundo
149 semestre, porém, não soube informar como havia ficado a situação, pois não havia
150 se inteirado novamente sobre o assunto. Ressaltou que a questão levantada pela
151 membro Silvana permanecia como ponto a ser verificado. Na sequência, passou-
152 se ao ponto de pauta acrescentado, referente à Lei nº 512. A membro Silvana
153 sugeriu que fosse verificada a possibilidade de alteração da referida lei, relatando
154 que já havia conversado com a Secretária Juliana sobre o assunto. Ressaltou que,
155 futuramente, poderá ser difícil encontrar profissionais interessados em assumir os
156 cargos de diretor e coordenador, em razão dos prejuízos decorrentes do exercício
157 dessas funções, principalmente para aqueles que possuem dois concursos.
158 Esclareceu que uma das questões se refere ao fato de que, durante o desempenho
159 dessas funções, os profissionais podem usufruir de somente 30 dias de férias
160 durante o ano. Diante da informação de que essa previsão decorre da legislação
161 vigente, sugeriu que fosse analisada a possibilidade de alteração da Lei nº 512,
162 considerando que a referida lei já passou por alterações anteriormente. Da mesma
163 forma, a membro Silvana mencionou a situação do cargo de Secretário Escolar,
164 destacando que a Secretária Juliana já tem conhecimento da defasagem salarial

Odila
Silvana

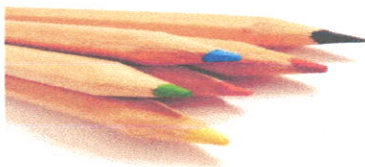


**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

165 existente. Relatou que muitas pessoas deixaram de prestar concurso para o cargo
166 justamente em razão da remuneração, inclusive profissionais que, em sua
167 avaliação, teriam bom perfil para exercer a função. Ressaltou as responsabilidades
168 inerentes ao cargo e a necessidade de contar com profissionais cuidadosos,
169 criteriosos e qualificados, destacando que a remuneração atual não se mostra
170 atrativa para o exercício da função. A membro Odila explicou que a necessidade
171 de atualização da Lei nº 512 já havia sido mencionada pela Procuradoria Jurídica
172 no ano anterior, quando foi apontada a necessidade de revisão da legislação,
173 porém, essa revisão acabou não sendo realizada. Em relação aos gestores,
174 ressaltou que, no momento da revisão da lei, será necessário verificar a
175 possibilidade de contemplar a questão apresentada pela membro Silvana. Relatou,
176 ainda, que, no início do ano, houve um apontamento, não se recordando se
177 proveniente do Ministério Público, relacionado às férias dos professores e ao não
178 pagamento do terço de férias durante o período de recesso. Diante disso, informou
179 à Secretária Juliana que a legislação municipal prevê 45 dias de férias, razão pela
180 qual entendia que deveria ser observado o que estava estabelecido na lei.
181 Recordou que, em 2017, durante a revisão do Plano de Carreira, havia sido
182 orientado que, existindo legislação municipal sobre a matéria, deveria ser seguido
183 o que nela estivesse previsto. Após verificação, manteve-se o cumprimento da
184 legislação municipal. Por fim, reforçou que, quanto à possibilidade de ampliação
185 desse direito aos diretores, a questão deverá ser analisada quando ocorrer a
186 revisão da lei. A membro Silvana ressaltou que um dos critérios para participar do
187 processo de seleção para a gestão escolar, conforme as orientações relacionadas
188 ao FUNDEB e à aferição de mérito, é ser professor. Nesse sentido, ponderou que
189 o profissional precisa ser professor para participar do processo e que,
190 posteriormente, durante o exercício da função de gestão, deixa de usufruir de
191 determinados direitos relacionados à docência. A membro Odila esclareceu que a
192 questão não é deixar de ser professor, mas sim o fato de o profissional não estar
193 em sala de aula, pois, conforme previsto na legislação, determinados direitos estão
194 vinculados ao efetivo exercício em sala de aula. A membro Silvana mencionou que
195 seria necessário consultar a legislação estadual, considerando que, atualmente, o
196 Estado assegura o recesso aos profissionais que exercem essas funções. Relatou,
197 ainda, que havia conversado, de forma on-line, com profissionais de diferentes
198 regiões e que grande parte informou que os gestores também usufruem do recesso
199 no meio do ano. A membro Odila reforçou que, no momento da revisão da Lei nº
200 512/2012, deverá ser verificada a possibilidade de contemplar essa questão. A
201 membro Silvana ponderou sobre a necessidade de verificar se já existe legislação
202 que dê respaldo à alteração. A membro Odila concordou, ressaltando que será
203 necessário verificar a existência de uma legislação superior que ampare a
204 mudança. O Presidente Odirlei destacou que não seria adequado realizar uma
205 alteração sem o devido amparo legal, pois, caso exista legislação que dê

Odila

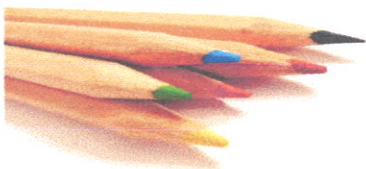
Odirlei
Juliana



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

206 sustentação à medida, a questão poderá ser incluída na revisão. A membro Odila
207 complementou que, não havendo uma legislação superior que dê esse respaldo,
208 não seria possível simplesmente criar essa previsão na legislação municipal. A
209 membro Odila abordou a questão do cargo de Secretário Escolar, ressaltando que
210 a membro Silvana já tinha conhecimento de suas preocupações em relação ao
211 assunto. Explicou que, quando o cargo foi criado, foi estabelecida uma
212 remuneração mais elevada. Contudo, cerca de três ou quatro meses depois, foi
213 aprovado o Plano Geral dos Servidores, ocasionando uma diferença salarial que
214 acabou deixando a remuneração do Secretário Escolar defasada. Informou que,
215 desde então, já havia manifestado a necessidade de rever e corrigir a remuneração
216 do cargo. Ressaltou, porém, que a questão ainda permanece sem solução, apesar
217 das manifestações realizadas sobre a necessidade dessa correção. A membro
218 Silvana destacou que, anteriormente, a remuneração do Secretário Escolar era
219 maior e que a defasagem salarial acabou reduzindo a atratividade do cargo.
220 Ressaltou que uma remuneração mais adequada e a carga horária podem
221 contribuir para atrair profissionais mais qualificados. Mencionou, ainda, que muitas
222 pessoas acabam optando pelo cargo de Assistente Educacional (AE), considerando
223 que o trabalho é realizado em um período. A membro Odila esclareceu que o
224 Assistente Educacional não pode acumular dois cargos, exceto quando a
225 acumulação ocorrer com o cargo de professor, embora algumas pessoas entendam
226 que seja possível a acumulação em outras situações. A membro Odila questionou
227 se os dois assuntos deveriam ser encaminhados em um único ofício. A membro
228 Silvana sugeriu que fossem elaborados ofícios separados, considerando que, em
229 relação à alteração da Lei nº 512/2012, seria necessário buscar a legislação que
230 pudesse fundamentar a proposta. Quanto ao cargo de Secretário Escolar, ressaltou
231 novamente que, quando foi criado, sua remuneração era superior à do cargo
232 administrativo. A membro Odila informou que ficaria responsável pela elaboração
233 do ofício referente ao Secretário Escolar, encaminhando-o posteriormente aos
234 membros para revisão. Ficou acordado que a membro Silvana verificaria a questão
235 legal relacionada à alteração da Lei nº 512/2012 e, posteriormente, encaminharia
236 as informações para revisão da membro Odila. O Presidente Odirlei retomou uma
237 demanda apresentada anteriormente, referente a uma aluna que permanece na
238 Sala de Recursos por apenas uma hora. Informou que a estudante continua sendo
239 atendida nesse mesmo período e relatou que conversou com a mãe, que havia
240 retirado e alterado a medicação da criança, após o que ela ficou um pouco agitada.
241 Ressaltou que a aluna vinha apresentando bom desenvolvimento e já estava quase
242 lendo, porém apresentou mudanças em seu comportamento e desempenho.
243 Relatou, ainda, que observou que a estudante possui diversas atividades no
244 período da manhã e ponderou se seria adequado manter o atendimento de apenas
245 uma hora ou ampliar o período de permanência na escola, especialmente para
246 possibilitar maior interação com as demais crianças, considerando que esse

Odila
Odirlei
Silvana



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

247 momento de convivência é diferente das atividades realizadas em sala de aula. A
248 membro Odila questionou se o atendimento correspondia a uma hora por semana,
249 ao que o Presidente Odirlei confirmou que se tratava de apenas uma hora. A
250 membro Odila explicou ao Presidente Odirlei que a situação acabou fugindo ao
251 planejamento inicialmente realizado. Informou que, no momento da atribuição, o
252 atendimento da Sala de Recursos havia sido organizado com professoras, sendo
253 que uma delas possuía dois vínculos como professora, ficando um período na Sala
254 de Recursos e o outro inicialmente destinado à função de Articuladora Municipal do
255 CNCA. Relatou que, após a demanda apresentada pelo Presidente Odirlei, a
256 situação foi discutida com a Secretária Juliana, que decidiu reorganizar o
257 atendimento. Dessa forma, a função de Articuladora Municipal do CNCA foi
258 repassada à membro Odila, ficando a referida professora disponível nos dois
259 períodos para atuação na Sala de Recursos. Com essa reorganização, seria
260 possível ampliar o atendimento e contemplar a demanda apresentada. Entretanto,
261 aproximadamente uma ou duas semanas depois, a professora que possuía os dois
262 vínculos entrou em afastamento por atestado e não retornou, com previsão de
263 retorno somente no ano seguinte. Diante da situação, foi chamada outra professora,
264 mediante portaria. A membro Odila esclareceu que, quando a portaria foi elaborada,
265 ainda havia a expectativa de que a professora afastada retornasse em um período
266 mais breve. A membro Odila continuou explicando que, no processo seletivo
267 anterior, não havia sido identificada pessoa com perfil adequado para atuar na Sala
268 de Recursos, motivo pelo qual foi chamada uma professora para assumir o
269 atendimento através de portaria. Informou que, após as férias, a Equipe
270 Multiprofissional identificou a chegada de quatro crianças com laudo que ainda não
271 estavam recebendo atendimento na Sala de Recursos. Diante disso, a situação foi
272 novamente apresentada à Secretária Juliana, com o objetivo de verificar como seria
273 reorganizado o atendimento. Explicou que, com a realização do novo processo
274 seletivo, cuja homologação estava prevista para ocorrer após o dia 13 de agosto,
275 quando o processo seletivo anterior completaria um ano, surgiu a possibilidade de
276 convocação de um professor que, conforme análise inicial da lista, apresentava
277 perfil para atuar na Sala de Recursos. Informou que a intenção seria chamar esse
278 profissional e reorganizar novamente os atendimentos, inclusive verificando a
279 permanência da professora que já estava atuando no local. Ressaltou que as
280 dificuldades ocorridas decorreram de situações que fugiram ao planejamento
281 inicialmente realizado e que a nova reorganização buscava melhorar o atendimento
282 na Sala de Recursos. O Presidente Odirlei relatou outra situação referente à Escola
283 Municipal Germano Lazaretti, relacionada ao projeto de acompanhamento da
284 infrequência escolar, que tem gerado reclamações por parte dos professores.
285 Explicou que, anteriormente, os professores realizavam a chamada e informavam
286 os estudantes ausentes à responsável pelo acompanhamento. Entretanto, segundo
287 relatado, passou a haver orientação para que a responsável entre diariamente nas

Odila
Odirlei



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

288 salas de aula para realizar a conferência das presenças. O Presidente Odirlei
289 manifestou preocupação com essa dinâmica, destacando que a entrada na sala
290 durante a aula acaba interrompendo as explicações e prejudicando a continuidade
291 do trabalho do professor. Relatou que foi informado de que a mudança ocorreu em
292 razão de divergências nos dados de frequência. Questionou, contudo, a forma
293 como essas informações são lançadas no sistema, considerando que a conferência
294 é realizada por volta das 15h às 15h30, enquanto alguns estudantes podem deixar
295 a escola posteriormente, como ocorre com alunos que precisam sair para
296 atendimentos, situação que pode gerar diferença entre a frequência verificada
297 naquele momento e a registrada ao final das aulas. A membro Odila questionou em
298 que horário era realizada a conferência da frequência dos estudantes. O Presidente
299 Odirlei respondeu que, em sua sala, geralmente ocorre por volta das 15h30 ou
300 15h40, não sabendo informar como é realizada nas demais turmas. O Presidente
301 Odirlei relatou que, anteriormente, os professores deixavam anotados os nomes
302 dos estudantes ausentes e a responsável entrava na sala apenas para conferir a
303 informação, sem necessidade de interromper a aula. Atualmente, segundo relatado,
304 é necessário interromper a atividade para que seja realizada a chamada dos
305 estudantes, um a um. Acrescentou que a situação não é uma reclamação apenas
306 sua, pois, durante reunião realizada na escola, outros professores também
307 manifestaram insatisfação e disseram não compreender a necessidade de
308 interromper as aulas diariamente para a realização dessa chamada, mencionando
309 a possibilidade de que essa conferência fosse realizada uma vez por semana. A
310 membro Odila questionou quem estava realizando a conferência da frequência dos
311 estudantes. O Presidente Odirlei informou que, inicialmente, a atividade estava
312 sendo realizada por uma servidora e que, posteriormente, passou a ser realizada
313 por outra. A membro Odila perguntou se, durante esse procedimento, era solicitada
314 a interrupção da aula para a realização da chamada. O Presidente Odirlei
315 esclareceu que as duas servidoras que realizaram a atividade adotavam esse
316 procedimento. A membro Odila explicou que o questionamento tinha apenas o
317 objetivo de compreender a forma como a conferência estava sendo realizada. O
318 Presidente Odirlei esclareceu que a servidora responsável realiza o trabalho de
319 forma educada e adequada, ressaltando que o questionamento se refere
320 especificamente à forma de realização da chamada, que acaba interrompendo a
321 explicação do professor. Relatou que conversou com a servidora e sugeriu que, ao
322 entrar na sala, apenas verificasse os nomes dos estudantes ausentes previamente
323 anotados pelo professor, sem a necessidade de realizar novamente a chamada
324 nominal. Informou, contudo, que a servidora relatou estar seguindo orientação da
325 Secretaria Municipal de Educação. O Presidente Odirlei acrescentou que a situação
326 já havia sido comentada em reunião e que também houve manifestação de
327 estranhamento quanto à necessidade de realizar esse procedimento diariamente.
328 Comparou com outras formas de conferência da frequência, nas quais são apenas

Odila
Odirlei



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

329 informados os nomes dos estudantes ausentes, procedimento que demanda
330 poucos minutos e não interrompe a dinâmica da aula. Relatou, ainda, que durante
331 a chamada podem ocorrer inconsistências nas informações fornecidas pelos
332 próprios estudantes, inclusive em relação a alunos que já foram transferidos,
333 reforçando sua preocupação com a forma como o procedimento vem sendo
334 realizado. A membro Silvana questionou se não seria possível utilizar o relatório do
335 sistema, considerando que nele consta o quantitativo de estudantes da turma, o
336 que permitiria verificar o número de ausentes sem a necessidade de realizar nova
337 chamada nominal. O Presidente Odirlei relatou que também havia feito essa
338 ponderação e ressaltou que os próprios professores já acompanham a frequência
339 dos estudantes. Citou situações em que, ao identificar faltas consecutivas, o
340 professor busca informações sobre o aluno e, nos casos de infrequência recorrente,
341 são adotados os procedimentos pertinentes, como apresentação de
342 documentação, comunicação à escola, Busca Ativa e, quando necessário,
343 encaminhamento ao Conselho. Reforçou que a realização diária da nova chamada
344 demanda aproximadamente cinco minutos da aula e interrompe as atividades que
345 estão sendo desenvolvidas. A membro Silvana reiterou que, havendo no relatório a
346 quantidade total de estudantes da turma, seria possível identificar o número de
347 ausentes a partir da própria frequência registrada, sem necessidade de interromper
348 a aula para realizar nova chamada. O Presidente Odirlei esclareceu que,
349 anteriormente, o procedimento era mais simples, pois os professores registravam
350 no quadro os estudantes ausentes e a responsável entrava na sala, verificava os
351 nomes, fazia o registro e saía, sem interromper a aula. A membro Odila explicou
352 que o Projeto Infrequência foi implantado em razão da relação identificada entre a
353 frequência dos estudantes e os índices de aprendizagem. Informou que a
354 Secretária Juliana também está programando uma roda de conversa com os
355 professores, porém ainda não foi possível definir uma data em razão de outros
356 compromissos já programados. Ressaltou que a intenção é realizar uma escuta
357 junto aos profissionais da unidade escolar. Explicou, ainda, que inicialmente o
358 projeto foi pensado para funcionar de forma mais simplificada. Entretanto, foram
359 identificadas situações em que alguns professores não comunicavam
360 adequadamente as faltas dos estudantes. Relatou também a ocorrência, em uma
361 unidade escolar, de manipulação dos dados de frequência, após ter sido
362 mencionada a possibilidade de premiação para a turma com maior frequência.
363 Segundo a membro Odila, situações como essas contribuíram para a necessidade
364 de um acompanhamento mais efetivo da frequência dos estudantes. A membro
365 Odila explicou que a necessidade de conferência dos dados de frequência decorre
366 de situações em que os registros realizados pelos professores no diário não
367 estavam devidamente preenchidos ou apresentavam informações incorretas.
368 Relatou que já ocorreram situações, inclusive envolvendo a Rede de Proteção, em
369 que os dados levantados sobre a frequência dos estudantes não correspondiam

Odila *Odirlei*



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

370 aos registros lançados no diário. Ressaltou que as Secretarias Escolares precisam
371 acompanhar essas informações e apresentar os dados referentes ao andamento
372 do projeto à Secretaria Municipal de Educação. Esclareceu que foi solicitada a
373 verificação da frequência diretamente nas salas de aula, porém não houve
374 orientação para que fosse realizada chamada nominal, aluno por aluno. Segundo a
375 membro Odila, a forma de realizar essa conferência faz parte da organização
376 interna de cada unidade escolar e deve ocorrer de maneira prática e ágil, sem
377 prejudicar o trabalho do professor. Destacou que cada unidade possui uma
378 realidade diferente e deve organizar o procedimento de acordo com suas
379 necessidades. Diante do relato apresentado pelo Presidente Odirlei, a membro
380 Odila ponderou que seria necessário verificar junto à gestão da unidade escolar
381 como o procedimento está sendo realizado e, caso a forma adotada esteja
382 demorando ou interferindo no andamento das aulas, avaliar outra organização ou
383 até mesmo outra pessoa para realizar a atividade. Informou que a recomendação
384 é que o acompanhamento seja realizado pelas Secretarias Escolares, podendo
385 haver auxílio de outro profissional, desde que o procedimento seja realizado de
386 forma adequada e apresente resultados. O Presidente Odirlei mencionou que,
387 quando o procedimento é previamente combinado e organizado, a pessoa
388 responsável consegue entrar na sala e realizar a conferência de forma mais ágil. A
389 membro Odila concordou, ressaltando que o procedimento precisa fluir e que seria
390 necessário verificar uma forma semelhante de organização na Escola Germano
391 Lazaretti. O Assessor Paulo acrescentou que, à medida que o responsável pelo
392 acompanhamento conhece os estudantes, consegue identificar com maior
393 facilidade aqueles que estão ausentes apenas observando a turma. A membro
394 Odila ponderou que a dificuldade pode estar relacionada ao fato de a pessoa
395 responsável ainda não conhecer todos os estudantes. A membro Silvana sugeriu
396 também a utilização do relatório da turma, no qual consta o quantitativo de
397 estudantes. A membro Odila, contudo, esclareceu que é necessário que as
398 responsáveis entrem nas salas de aula para realizar a verificação da frequência,
399 independentemente da forma como cada unidade organizará esse procedimento.
400 A membro Silvana mencionou a possibilidade de a conferência ser realizada de
401 forma mais simples, a partir da verificação dos estudantes presentes. O Assessor
402 Paulo relatou que, quando realizava esse acompanhamento na Escola 15 de
403 Outubro, solicitava as informações ao professor. O Presidente Odirlei reiterou que,
404 anteriormente, a entrada da pessoa responsável pela conferência não interrompia
405 a atividade que estava sendo desenvolvida, pois o professor continuava a aula
406 normalmente. Ressaltou novamente que a atual responsável realiza o trabalho de
407 forma educada, sendo o questionamento relacionado apenas à dinâmica adotada.
408 O Assessor Paulo perguntou se outros professores também costumavam registrar
409 no quadro os nomes dos estudantes ausentes, e o Presidente Odirlei confirmou que
410 esse procedimento já era adotado por outros professores. A membro Odila explicou

Odila

Odirlei



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

411 que os dados de frequência são posteriormente confrontados. O Presidente Odirlei
412 ponderou que podem ocorrer diferenças em razão do horário em que a conferência
413 é realizada, citando como exemplo uma estudante que estava presente no
414 momento da chamada, realizada por volta das 15h30, mas deixou a escola às 16h,
415 tendo posteriormente sua falta registrada pelo professor. O Assessor Paulo
416 observou que essa situação pode gerar conflito entre os registros, pois, caso o
417 estudante não permaneça na escola, a ausência deverá ser registrada. O
418 Presidente Odirlei ressaltou que, nesse caso, a planilha utilizada para a conferência
419 não apresentará a falta, uma vez que a chamada foi realizada anteriormente à saída
420 da estudante, gerando divergência entre os registros. Relatou que outros
421 professores também mencionaram situações semelhantes, como estudantes que
422 deixam a escola após a conferência por motivo de acidente ou outras ocorrências,
423 podendo posteriormente apresentar atestado para justificar a ausência. Destacou
424 que essas situações podem ocorrer com diferentes estudantes e reforçou a
425 necessidade de que o procedimento de acompanhamento da frequência seja
426 organizado de forma adequada, considerando a seriedade desses registros. A
427 membro Odila explicou que a Secretaria Municipal de Educação realiza o
428 acompanhamento contínuo da Busca Ativa e da infrequência escolar, em conjunto
429 com a servidora responsável pela Busca Ativa no município, que também atua nas
430 ações relacionadas ao Selo UNICEF. Relatou que são acompanhadas situações
431 de crianças que aparecem nos levantamentos como fora da escola, sendo realizado
432 o trabalho de verificação junto às Secretarias Escolares. Informou que
433 provavelmente será agendada, para a semana seguinte, uma nova data para
434 apresentação dos dados referentes aos meses de junho e julho, esclarecendo que,
435 em julho, o levantamento corresponde a apenas duas semanas. Explicou que os
436 dados de junho não puderam ser apresentados no início de julho em razão de
437 outros compromissos e atividades realizadas no período. Ressaltou que a
438 orientação é para que, no início de cada mês, as unidades escolares apresentem
439 os dados de frequência. Acrescentou que a Secretaria acompanha a forma como
440 essas informações estão sendo coletadas e verifica se o procedimento está
441 funcionando adequadamente em cada unidade. Esclareceu, contudo, que não é
442 determinado um passo a passo único para todas as escolas, pois cada unidade
443 organiza internamente a coleta das informações conforme sua realidade. O
444 Presidente Odirlei questionou se não seria possível facilitar o procedimento,
445 registrando no quadro os nomes dos estudantes ausentes ou informando-os à
446 responsável no momento da conferência. Mencionou também a possibilidade de
447 comunicação com a coordenação por meio do WhatsApp. Ressaltou, ainda, que
448 alguns estudantes costumam chegar atrasados, razão pela qual a conferência
449 também precisa considerar essas situações. A membro Odila reiterou que a
450 orientação é para que a responsável entre na sala de aula para verificar a
451 frequência dos estudantes, porém ressaltou que a forma de realizar essa coleta

Odila *Odirlei*

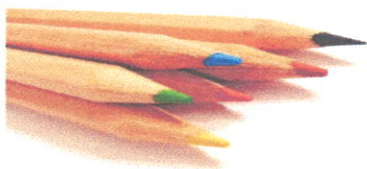


deve ser organizada de maneira prática, sem causar prejuízos ou interrupções desnecessárias ao trabalho dos professores. Finalizando os trabalhos o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. A ata foi redigida com base na gravação em áudio da reunião, cuja gravação foi previamente autorizada por todos os membros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, com 464 linhas, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretária do Conselho Municipal de Educação, acompanhada pela lista de presentes à reunião. Redação da presente ata realizada pela membro Odila, em apoio à Secretária. Campos de Júlio-MT, 02 de setembro de 2026.

Odirlei Pereira da Silva – Presidente CME-CJ:

Viviane da Silva Mendes – Secretária:

Membro responsável pela redação da ata:



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**REGISTRO DE FREQUENCIA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT.**

DATA: 05/08/2026

-

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Sala de Reuniões dos Conselhos - Centro Cultural Ricieri Mazutti

PAUTA: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 01/07/2026; Calendário de reuniões; Informes.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Titular: ODILA NELCI KRAMPE DONAT	<i>Odila N.K. Donat.</i>
Suplente: MARIA NUNES FREIRE	_____
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO	
Titular: ELISANGELA PLATAU	<i>Elisangela Platau</i>
Suplente: JESSICA ANDRESSA TRES SANTOS	_____
REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: SILVANA CARNAÚBA DOS SANTOS	<i>Silvana C. Santos</i>
Suplente: IONE ALVES DE SOUZA SALAPATA	_____
REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: LISIANE DA SILVA MENDES	<i>Ausente</i>
Suplente: MARILENE DE SOUZA	<i>Ausente</i>
REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
Titular: MAUROCIR SILVA	<i>Ausente</i>
Suplente: WEMERSON NEVES DE ALECRIM	<i>Ausente</i>
REPRESENTANTE DOS AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Titular: ALINE FONSECA	<i>Ausente</i>
Suplente: SAMILLE BOING VANDERLINDE DE SANTANA	<i>Ausente</i>



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**REGISTRO DE FREQUENCIA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT.**

DATA: 05/08/2026

-

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Sala de Reuniões dos Conselhos - Centro Cultural Ricieri Mazutti

PAUTA: Leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 01/07/2026; Calendário de reuniões; Informes.

REPRESENTANTE DOS CONSELHOS ESCOLARES MUNICIPAIS OU EQUIVALENTES	
Titular: ODIRLEI PEREIRA DA SILVA	<i>Odilei Pereira da Silva</i>
Suplente: INGRID BIASETTO ENS PARMEGGIANI	<i>_____</i>
REPRESENTANTE DOS CONSELHOS ESCOLARES ESTADUAIS OU EQUIVALENTES	
Titular: RUTE PEREIRA VIEIRA	<i>Ausente</i>
Suplente: AGNALDO DOS SANTOS	<i>Ausente</i>
REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Titular: VIVIANE DA SILVA MENDES	<i>Ausente</i>
Suplente: CRISTIANA FERNANDES DOS SANTOS	<i>Ausente</i>

DEMAIS PRESENTES:

Paulo Victor do Rosa
